

INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO ACADÊMICO EM DIREITO CONSTITUCIONAL

RAFAELA SOARES RAMOS FALCÃO AMARAL

REGULAÇÃO DA DOAÇÃO DE ÓVULOS ENTRE PARENTES NAS RESOLUÇÕES
DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA:

Da vedação à liberação

BRASÍLIA - DF
2024

Código de catalogação na publicação – CIP

A485r Amaral, Rafaela Soares Ramos Falcão

Regulação da doação de óvulos entre parentes nas resoluções do Conselho Federal de Medicina: da verdade a liberação / Rafaela Soares Ramos Falcão Amaral. — Brasília: Instituto Brasileiro Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, 2024.

115 f. :il color.

Orientadora: Profª. Drª. Luciana Silva Garcia

Coorientador: Prof Dr. Henderson Fürst de Oliveira

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direito Constitucional) — Instituto Brasileiro Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP, 2025.

1. Direito de família. 2. Regulação. 3. Doação de óvulos 4. Conselho Federal de Medicina. I.Título

CDDir 342.16

Elaborada por Pollyana da Silva Marra – CRB 1/3704

RAFAELA SOARES RAMOS FALCÃO AMARAL

**REGULAÇÃO DA DOAÇÃO DE ÓVULOS ENTRE PARENTES NAS RESOLUÇÕES
DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA:**

Da vedação à liberação

Dissertação desenvolvida sob a orientação da
Profa. Dra. Luciana Silva Garcia, coorientação do
Prof. Dr. Henderson Fürst de Oliveira e
apresentada ao PPGD/IDP como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestra em Direito
Constitucional.

17 de dezembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luciana Silva Garcia

Orientadora

Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa

Prof. Dr. Henderson Fürst de Oliveira

Coorientador

Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa

Profa. Dra. Roberta Amanajás Monteiro

Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa

Membro Interno

Prof. Dra. Atina Krajewska

Birmingham University (United Kingdom)

Membro Externo

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Luciana Garcia pela competência, seriedade, compromisso e carinho que dedicou à orientação desse trabalho;

Ao meu coorientador Henderson Fürst pelo exemplo de professor que é, pelo apoio incondicional e pelas contribuições à pesquisa;

Às professoras Atina Krajewska e Roberta Amanajás pelas valiosas contribuições teóricas e metodológicas durante a escrita e na ocasião da qualificação do projeto de dissertação;

À amiga-irmã Gabriela Mota e também companheira do curso de mestrado, pelo apoio, parceria e pelos bons momentos que passamos juntas durante essa difícil empreitada;

Ao meu pai Glauco e ao meu sogro Henryque Macaíba, que durante esses dois anos conviveram com uma mestranda incansável, como filha e nora;

À minha sogra Ana, por ter insistido em eu continuar quando tudo indicava o oposto aos meus olhos;

À minha mãe Maria, pelo estímulo constante na busca por conhecimento, e ao meu marido, Henryque Amaral, pelo incessante incentivo a pesquisa.

E, por fim, gostaria de dedicar esta dissertação as minhas avós, Nina e Lenira, que são símbolos de coragem às adversidades da vida.

RESUMO

O trabalho analisa as relações de poder através das quais o CFM - Conselho Federal de Medicina aborda a autonomia da mulher e o seu direito de gestar. A nova resolução da autarquia federal decide relativizar o anonimato da doadora de óvulos diante de uma dinâmica de doação entre parentes de até 4º grau. Essa alteração permite um avanço para receptoras que optam por lidar com dados genéticos conhecidos, realidade antes retirada de cenário para as brasileiras. Numa sociedade complexa, que ainda permeia entre valores conservadores, tratou-se de uma mudança com profundos impactos para várias famílias. Este estudo busca voltar a atenção para a força dos processos regulatórios e as pressões exercidas nas resoluções do CFM, que muitas vezes passam despercebidas. Dinâmicas que vão além da primeira observação denotam a percepção de influências econômicas, políticas e sociais. Um emaranhado de interesses que geram impactos profundos para aqueles que optam por se submeter a técnicas de RA.

Palavras-chave: poder; CFM; regulação; autonomia; mulher; doação; óvulo, justiça reprodutiva.

ABSTRACT

This research analyses how the Brazilian Federal Council of Medicine (CFM) treats relationships of power, women autonomy and the right to pregnancy. The new norm published by the Brazilian Council decides to authorize egg donations between relatives. This change allows a step over for the women trying to conceive, who opts to deal with already known genetic materials which was not an option for Brazilians for a long period of time. In a complex society that still holds conservative values the alteration means deep impacts for many families. Accordingly, this work tries to reach some attentions towards the power of regulation processes and the pressions that exists through state impositions which many times society is not aware of. Dynamics that goes beyond the first observation denote the perception of economic, political and social influences. An entanglement of interests that generate deep impacts for those who choose to undergo reproductive assisted techniques.

Keywords: power; Federal Council of Medicine; regulation; autonomy; women; donation; egg, reproductive justice.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. AUTONOMIA DA MULHER.....	Erro! Indicador não definido.
2.1 Ampliando as discussões sobre a justiça reprodutiva	Erro! Indicador não definido.
2.1.1 Justiça reprodutiva no Brasil	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
3. O PODER SOBRE O CORPO	Erro! Indicador não definido.
3.1 Transformações nas resoluções do CFM.....	Erro! Indicador não definido.
3.2 O médico como detentor do poder	Erro! Indicador não definido.
3.3 Reinventando a natureza	Erro! Indicador não definido.
3.3.1 Congelar o tempo	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
3.3.2 Vida de laboratório	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
3.3.3 Laços mais ou menos de sangue.....	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
3.3.4 Reinventando fronteiras	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
3.3.5 Em busca de origens.....	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
4. EM BUSCA DE RAZÕES PARA AS TRANSFORMAÇÕES NAS NORMATIVAS SOBRE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA NO BRASIL A PARTIR DA ANÁLISE DE PROCESSOS E ALTERAÇÕES NO CÓDIGO CIVIL	Erro! Indicador não definido.
4.1 A elaboração das resoluções do CFM	Erro! Indicador não definido.
4.2 As mudanças nas resoluções do CFM e o Anteprojeto de revisão do Código Civil de 2002	Erro! Indicador não definido.
4.2.1 Possíveis fatores de influência nas mudanças das resoluções do CFM.....	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
4.2.2 Debates sobre o anteprojeto de revisão do Código Civil de 2002	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
CONCLUSÃO.....	Erro! Indicador não definido.
REFERÊNCIAS	11

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda as profundas dificuldades enfrentadas por mulheres que lidam com a autodeterminação diante da situação de infertilidade ou na escolha de uma gestação postergada. Aqui o recorte recai sobre as que buscam receber óvulos doados por parentes de até 4º grau. No Brasil, durante as últimas décadas, a reprodução humana assistida não viabilizava essa possibilidade para quem decidia receber o material genético de dentro da família. Esse tema chamou especialmente a minha atenção ainda como estudante de direito, que diagnosticada com endometriose em grau avançado aos 21 anos, passei a acompanhar decisões judiciais que reconheciam o direito entre irmãs, primas, e, às vezes até mães e filhas doarem óvulos para outra. Queria ter feito o meu trabalho de conclusão de curso sobre esse tema, mas não tive coragem nem maturidade para lidar com o assunto naquele momento.

Os avanços na ciência médica permitiram que mulheres inférteis ou que optaram por engravidar tardiamente tivessem a possibilidade de utilizar técnicas que proporcionassem a concretização do sonho de gestar. Além do desenvolvimento da medicina, as transformações sociais também tiveram grande influência no cenário atual. Se ampliou a possibilidade de escolha em busca de uma longa formação profissional¹, especialmente por mulheres de classe média com mais acesso a informação e oportunidades, ocupando cada vez mais cargos de chefia², ainda que homens ainda sejam a maioria. Nota-se que as mudanças culturais e a evolução na medicina possibilitaram esse novo cenário mais próximo da autonomia da mulher e do respeito ao seu direito de gestar.

No meu caso não foi diferente. Tive a oportunidade de estudar para concurso ainda na faculdade, e, finalizando a graduação passei no ano seguinte para o cargo de oficial de justiça no Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Realizei duas pós-graduações. Uma enquanto estudava para concurso, em Direito Público, e uma em Direito Médico e Bioética, enquanto advogava na área de Direito da Saúde e aguardava a minha nomeação. Sempre soube que a academia era o meu lugar, e, para chegar lá precisaria de muita dedicação e abdições.

¹ A CAPES, órgão vinculado ao MEC, que coordena o aperfeiçoamento de pessoas no ensino superior, constatou que, em 2021, 54% dos estudantes de pós-graduação stricto sensu no Brasil são mulheres, sendo também do sexo feminino quem mais se torna beneficiário de bolsas para mestrado e doutorado no país (Brasil, 2023).

² As mulheres representam 39,1% de cargos gerenciais públicos ou privados no Brasil enquanto os homens atuam em 60,9%; as mulheres brancas tem mais acesso ao ensino superior completo se comparado as pardas ou pretas, o correspondente a mais do que o dobro em termos percentuais; ainda, a taxa de fecundidade na adolescência tem reduzido no Brasil, o que indica maior acesso a informação; Entre 2011 e 2016 essa taxa entre as mulheres de 15 a 19 anos de idade reduziu de 64,5% para 56% nascimentos a cada mil mulheres (Agência IBGE, 2018).

Quando iniciei o mestrado estava certa de que queria pesquisar este tema, mas tinha dúvidas se encontraria orientador disposto a temática. A especificidade da matéria e suas implicações políticas e econômicas não se mostravam desejáveis pela a maioria dos professores de direito com os quais tinha tido contato até então. Durante o bimestre do período da escolha da orientação tive a oportunidade de conhecer a minha orientadora e professora de metodologia da pesquisa, que coincidentemente não só tinha interesse pelo meu tema, como já pesquisava uma área transversa ao tópico. Professora Luciana me estimulou incondicionalmente, trazendo a certeza que faltava.

Entretanto, mesmo com todas as modificações culturais e geracionais, muitas barreiras são postas pelo Estado, pela economia e pela própria sociedade. Diante dessa realidade é que nasce a relevância deste trabalho, que busca aumentar as discussões sobre temáticas relacionadas a reprodução humana assistida. Acredita-se que com o aumento do diálogo, o acesso às técnicas seja facilitado, e os preconceitos reduzidos. Ainda hoje é um tabu³ optar ou precisar das técnicas de reprodução humana assistida. Então, a busca é por espelhar na regulação as mesmas tendências de facilitação do procedimento e minimização da discriminação.

A análise partiu da observação do Conselho Federal de Medicina e sua influência nos processos regulatórios através da força das resoluções por meio do controle da dinâmica da RA no Brasil. Busco entender o papel de cada integrante na formulação das normas sobre o tema assim como atentar para as transformações ocorridas no conceito de autonomia reprodutiva da mulher. A minha hipótese recai no fato de que apesar de historicamente o CFM regular a ética médica e dever resguardar direitos fundamentais das mulheres, o fundamento da posição para mudança e virada do conselho pode não ter sido assegurar a autonomia das mulheres.

Para tanto, realizei uma revisão bibliográfica sobre o tema a fim de identificar em que medida a regulação sobre a doação de óvulos entre parentes considera a autonomia da mulher e o seu direito de gestar sob a ótica da justiça reprodutiva. Esse enfoque permitiu delinear o que a sociedade anseia e o que o Estado entrega a partir das normas existentes sobre RA. Almejei, portanto, levantar a literatura e analisar a formulação das resoluções do CFM sobre reprodução humana assistida. A metodologia também contou com a escuta de vídeos da TV Senado sobre a proposta de revisão do Código Civil e a leitura do relatório final dos trabalhos, do quadro comparativo das propostas de mudança e do anexo do relatório da subcomissão de família. E,

³ Em outras culturas, como na Dinamarca, ter um filho fruto da reprodução humana assistida é uma realidade natural, tendo o governo, inclusive, iniciado programa a fim de subsidiar as técnicas no país (Proctor, 2018).

por fim, houve a exploração dos documentos que precederam a publicação das resoluções do conselho de modo a examinar pareceres, consultas e demais documentos que antecederam a versão final publicada.

O **problema de pesquisa** reside em que medida a regulação sobre a doação de óvulos entre parentes de até 4º grau considera a autonomia da mulher e o seu direito de gestar. No Brasil, são as resoluções do CFM que tratam do assunto diante da lacuna legislativa, e, em muitas circunstâncias não refletem a possibilidade de escolha para as mulheres. No recorte do presente trabalho essa realidade é percebida, já que até dois anos atrás não se podia usar óvulos doados por familiares.

Mais do que observar se as resoluções do conselho respeitam a autonomia e o direito de gestar ou não, a importância deste problema de pesquisa reside em olhar para a dinâmica de como o conhecimento médico foi normatizado pelo CFM, que acaba por controlar o corpo da mulher. Assim, a presente pesquisa não está enquadrada apenas no campo do Direito, mas possui confluências éticas, sociológicas e políticas.

O **objetivo geral** é identificar o modo como a regulação sobre doação de óvulos entre parentes de até 4º grau controla o corpo da mulher, interferindo em sua autonomia e no seu planejamento familiar. Os **objetivos específicos** são levantar a literatura sobre o poder médico e a justiça reprodutiva; descrever e analisar em uma linha do tempo as resoluções do CFM que tratam da reprodução humana assistida; conhecer as discussões sobre tema no anteprojeto para revisão do Código Civil de 2002; analisar o processo de formulação das resoluções dos conselhos de medicina sobre a reprodução humana assistida, seus atores e envolvidos.

O primeiro capítulo trará literatura sobre justiça reprodutiva. Em razão do princípio da autonomia não ter suporte suficiente para respaldar a discussão, abordarei essa categoria que será utilizada para olhar além da mescla entre gênero e liberdade. Esse conceito é importante porque abarca questões sobre reprodução e desigualdades vivenciadas por mulheres, especialmente as brasileiras pretas/pardas e pobres⁴.

No segundo capítulo detalharei temporalmente as resoluções do conselho e as caracterizarei através de semelhanças e diferenças ao longo dos anos, o que culminou ora em avanços ora retrocessos para a sociedade. Ainda neste capítulo irei abordar as dinâmicas de poder existentes na profissão médica e o modo como historicamente imposições sobre o corpo humano aconteceram. A atenção será voltada para literatura que diz que o conhecimento médico

⁴ Duas mulheres pretas ou pardas a cada cinco estão na linha de pobreza; a pesquisa demonstrou que 41,3% das mulheres pretas ou pardas são pobres por vivem com até R\$637,00 por mês e 8,1% são extremamente pobres, subsistindo com menos de R\$200,00 no mesmo período (Gomes, 2023).

não resguarda a mulher, mas sem aprofundar na sociologia das profissões, buscando entender como o poder vai se consolidando a medida em que a medicina vai avançando no mundo. Ao final, descreverei sobre as técnicas de reprodução humana assistida a partir da escuta de episódios de podcast narrados por uma antropóloga da USP, que levantam assuntos polêmicos para análise. Trata-se, pois de uma fonte de pesquisa buscada a fim de aprimorar as ideias práticas sobre a RA, complementando o trabalho, em razão das dificuldades encontradas em acessar participantes, especialmente por fazerem parte de grupos de elite, como médicos e membros do CFM, ou não quererem exposição, como no caso dos pacientes.

No terceiro capítulo avaliarei a partir das informações reunidas quais possíveis razões para as mudanças nas resoluções do CFM, verificando a partir de uma comparação com as discussões sobre o anteprojeto para revisão do Código Civil de 2002. Irei analisar o processo de formulação das resoluções do conselho a fim de entender melhor a dinâmica das normas e suas motivações para mudanças.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, Pamala; WALLACE, Claire; TYLER, Melissa. *The Medicalisation of Reproduction in The Sociology of Healthcare: A Reader for Health Professional*, p.13, 2008.

ADORNO, Roberto. A noção paradoxal de dignidade humana. **Revista Bioética**, Brasília: Conselho Federal de Medicina, 2009, vol. 17, p. 440.

AGÊNCIA IBGE. Estatísticas de gênero: responsabilidade por afazeres afeta inserção das mulheres no mercado de trabalho. **Agência IBGE**, 7 mar. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazeres-afeta-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

AMARO, Mariana. Fundo de private equity da XP investe R\$ 200 milhões em plataforma de reprodução assistida. **Infomoney**, 6 abr. 2023. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/negocios/fundo-de-private-equity-da-xp-investe-r-200-milhoes-em-plataforma-de-reproducao-assistida/>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

ALEGRETTI, Laís. Lula sobre aborto: Sou contra, mas é insanidade punir mulher com mais rigor que o estuprador. **BBC News Brasil**, 15 jun. 2024. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c888dj7y7elo>>. Acesso em: 30 jun. 2024.

ALLEBRANDT, Débora. Entre movimento e interdição: novas tecnologias reprodutivas conceptivas postas em prática. In: ALLENDRANDT, Débora; MACEDO, Juliana (orgs.). **Fabricando a vida: implicacoes éticas, sociais e culturaus do uso de novas tecnologias reprodutivas**. Porto Alegre: Metrópole, p. 127-138.

AMARAL NETO, Francisco dos Santos. A autonomia privada como princípio fundamental da ordem jurídica – perspectivas estrutural e funcional. **Revista de Informação Legislativa**, vol. 26, nº 102, pp. 207-230, abr./jun. 1989. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/181930>>. Acesso em: 31 mai. 2023.

AMOROZO, Marcos. Com maioria conservadora, comissão da Câmara vira arena de debates para pautas de costumes. **CNN Brasil**, 20 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/com-maioria-conservadora-comissao-da-camara-vira-arena-de-debates-para-pautas-d/>>. Acesso em: 30 jun. 2024.

ANIS. Monitoreo de políticas de salud reproductiva en el marco de las respuestas al brote de covid-19 y acciones de incidencia a nivel nacional para fortalecer el acceso a servicios esenciales de salud reproductiva a nivel nacional. **Informe Nacional Brasil**, 2020. Disponível em: <<https://saludreproductivavital.info/wp-content/uploads/2020/12/BRASIL.-InformeNacional-Anis-Versao-Final.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2024.

ANVISA. 2º Relatório Dados de Importação de Células e Tecidos Germinativos para Uso em Reprodução Humana Assistida. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/sangue-tecidos-celulas-e-orgaos/relatorios-de-importacao-reproducao-humana-assistida/2o-relatorio-de-importacao-reproducao-humana-assistida-2018.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2024.

ARÁN, Márcia. **O avesso do avesso**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2006.

ARNSPERGER, Christian; VAN PARJS, Philippe. **Ética econômica e social**. 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

BBC. *Roe x Wade*: o que muda com decisão da Suprema Corte dos EUA sobre aborto? **BBC News Brasil**, 24 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61929519>>. Acesso em: 01 jul. 2024.

BBC. O que está em jogo com projeto que torna homicídio aborto após 22 semanas de gestação. **BBC News Brasil**, 13 jun. 2024. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cr-gg817ejzmo>>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BEHNKE, Emily. PL do Aborto: Lira diz que colégio de líderes da Câmara errou em análise. **CNN Brasil**, 19 jul. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pl-do-aborto-lira-diz-que-colegio-de-lideres-da-camara-errou-em-analise/>>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BIROLI, F.; MACHADO, M. das D. Campos; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/7867/2020_biroli_genero_neoconservadorismo_democracia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.443, de 2 de setembro de 2022**. Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, para determinar prazo para oferecimento de métodos e técnicas contraceptivas e disciplinar condições para esterilização no âmbito do planejamento familiar. Brasília, DF: Presidência da República, 2022a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato/2019-2022/2022/lei/14443.htm>. Acesso em: 16 jul. 2024.

_____. **Código Penal de 1940**. Brasília, DF: Presidência da República, 1940. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 24 nov. 2024.

_____. **Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996**. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19263.htm>. Acesso em: 16 jul. 2024.

_____. **Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957**. Dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13268.htm>. Acesso em: 12 nov. 2024.

_____. **Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871**. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm>. Acesso em: 28 jun. 2024.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Li>.

vro_EC91_2016.pdf> Acesso em: 14 jul. 2024.

_____. **Lei n ° 3.268, de 30 de setembro de 1957.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3268.htm>. Acesso em: 04 mai. 2024.

_____. Congresso Nacional. **Relatório n ° 2, de 1993.** Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a examinar a incidência de esterilização em massa nas mulheres no Brasil. Presidente: Benedita da Silva. Relator: Senador Carlos Patrocínio. Brasília, 1993. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/85082>>. Acesso em 03 jul. 2024.

_____. Ministério da Saúde. **Lei n ° 9.263 de 12 de janeiro de 1996.** Dispõe acerca da prática da esterilização cirúrgica no país. Brasília: MS, 1996. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/l9263.htm>>. Acesso em: 03 jul. 2024.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n ° 5911/DF.** Relator: Min. Nunes Marques. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=5368307>>. Acesso em: 10 nov. 2024.

_____. Supremo Tribunal Federal (plenário). **Ação Direta de Inconstitucionalidade n ° 4.277/DF.** Relator: Min. Ayres Britto, 05 de maio de 2011. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>>. Acesso em: 03 jun. 2024.

_____. Supremo Tribunal Federal (plenário). **Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental n ° 132/RJ.** Relator: Min. Ayres Britto, 05 de maio de 2011. Disponível em: <<https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur200015/false>>. Acesso em: 15 jul. 2024.

_____. Supremo Tribunal Federal (plenário). **Recurso Extraordinário 898.060/SC.** Relator: Min. Luiz Fux, 22 de setembro de 2016. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13431919>>. Acesso em: 08 mai. 2024.

_____. **Nota técnica n ° 16/2020.** Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2020/06/1591269873_ministerioaborto.pdf>. Acesso em: 30 jun 2024.

_____. Ministério da Educação. Mulheres são maioria na docência e gestão da educação básica. **Notícias**, 7 mar. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/dia-da-mulher-mulheres-sao-maioria-na-docencia-e-gestao-da-educacao-basica>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

_____. Conselho Federal de Medicina. **Resolução n ° 2.320/22.** Adota normas éticas para a utilização de técnicas de reprodução assistida. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 2022, Seção I, p. 107. Disponível em: <<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2022/2320>>. Acesso em: 02 fev. 2024.

_____. Conselho Federal de Medicina. **Resolução n ° 2.294/2021.** Adota as normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida – sempre em defesa do aperfeiçoamento das práticas e da observância aos princípios éticos e bioéticos que ajudam a trazer maior segurança e eficácia a tratamentos e procedimentos médicos, tornando-se o dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos brasileiros e revogando a Resolução CFM n ° 2.168, publicada no D.O.U.

de 10 de novembro de 2017, Seção I, p. 73. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 jun. 2021, Seção I, p. 60. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2021/2294_2021.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2024.

_____. Conselho Federal de Medicina. **Resolução nº 2.283/2020**. Altera a redação do item 2 do inciso II, “Pacientes das técnicas de RA”, da Resolução CFM nº2.168/2017, aprimorando o texto do regulamento de forma a tornar a norma mais abrangente e evitar interpretações contrárias ao ordenamento jurídico. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 nov. 2020, Seção I, p. 391. Disponível em: <<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2020/2283>>. Acesso em: 04 fev. 2024.

_____. Conselho Federal de Medicina. **Resolução nº 2.168/2017**. Adota as normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida –sempre em defesa do aperfeiçoamento das práticas e da observância aos princípios éticos e bioéticos que ajudam a trazer maior segurança e eficácia a tratamentos e procedimentos médicos –, tornando-se o dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos brasileiros e revogando a Resolução CFM nº2.121, publicada no D.O.U. de 24 de setembro de 2015, Seção I, p.117. Disponível em: <<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2017/2168>>. Acesso em: 04 fev. 2024.

_____. Conselho Federal de Medicina. **Resolução nº 2.121/2015**. Adota as normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida –sempre em defesa do aperfeiçoamento das práticas e da observância aos princípios éticos e bioéticos que ajudarão a trazer maior segurança e eficácia a tratamentos e procedimentos médicos – tornando-se o dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos brasileiros e revogando a Resolução CFM nº 2.013/13, publicada no D.O.U. de 9 de maio de 2013, Seção I, p. 119. Disponível em: <<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2015/2121>>. Acesso em: 04 fev. 2024.

_____. Conselho Federal de Medicina. **Resolução nº 2.013/2013**. Adota as normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida, anexas à presente resolução, como dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos e revoga a Resolução CFM nº 1.957/10. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 mai. 2013, Seção I, p. 119. Disponível em: <<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2013/2013>>. Acesso em: 04 fev. 2024.

_____. Conselho Federal de Medicina. **Resolução nº 1.957/2010**. A Resolução CFM nº 1.358/92, após 18 anos de vigência, recebeu modificações relativas à reprodução assistida, o que gerou a presente resolução, que a substitui in totum. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 jan. 2011, Seção I, p. 79. Disponível em: <<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2010/1957>>. Acesso em: 07 fev. 2024.

_____. Conselho Federal de Medicina. **Resolução nº 1.358/1992**. Adota as Normas Éticas para a Utilização das Técnicas de Reprodução Assistida, anexas à presente Resolução como dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 1992, Seção I, p. 16053. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/1992/1358_1992.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2024.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Brasília, 1986. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca>>.

-catalogo?view=detalhes&id=759>. Acesso em 03 jul. 2024.

_____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Anvisa realiza webinar sobre regras atuais de reprodução humana assistida. **Notícias**, 1 fev. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2023/anvisa-realiza-webinar-sobre-regras-atuais-de-reproducao-humana-assistida>>. Acesso em: 17 nov. de 2024.

_____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Importação de células reprodutoras humanas aumenta. **Notícias**, 4 jul. 2022b. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2018/importacao-de-celulas-reprodutoras-humanas-aumenta>>. Acesso em: 15 nov. de 2024.

BRIGGS, Laura. *How all politics became reproductive politics: from welfare reform to foreclosure to Trump*. Oakland, CA: University of California Press, 2017.

HAGAN, Caitlin. *Experts: Egg freezing no longer 'experimental'*. **CNN Health**, 19 out. 2012. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2012/10/19/health/egg-freezing/index.html>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

BROWN, W. *In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West*. New York: Columbia University Press, 2019. Disponível em: <https://www.social-ecology.org/wp/wp-content/uploads/2023/05/The-Wellek-Library-Lectures-Wendy-BroWn-In-the-Ruins-of-Neoliberalism_The-Rise-of-Antidemocratic-Politics-in-the-West-Columbia-University-Press-2019.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2024.

CABELLA, Wanda; PARDO, Ignacio. 2016. *Es hora de usar indicadores refinados para estudiar la fecundidad em América Latina?* **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, vol. 33, nº 3. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/npdHhr8jK9QfbXYZ5mRD6pG/?lang=es>>. Acesso em 06 mai. 2024.

CABRAL, Érico de Pina. A “autonomia” no direito privado. **Revista de Direito Privado**, São Paulo: Revista dos Tribunais, vol. 19, pp. 83-129, jul/set 2004.

CALNAN, Michael. *In The Palgrave Handbook of Social Theory in Health, Illness and Medicine by Fran Collyer: Eliot Freidson Sociological Narratives of Professionalism and Modern Medicine*. London: Palgrave Macmillan, 2015. Disponível em: <https://link.springer.com/chapter/10.1057/9781137355621_19#citeas>. Acesso em 01 out. 2024.

CAULFIELD, Sueann. *In defense of honor: morality, modernity, and nation in early twentieth-century Brazil*. Durham, NC: Duke University Press, 2000.

CAVE, Emma. *Leading works in health law and ethics*. 1. ed. Oxfordshire: Routledge, 2023.

COLEN, Shellee. *Like a mother to them: stratified reproduction and west Indian childcare workers and employers in New York*. In: Ginsburg F, Rapp R (eds) *Conceiving the new world order: the global politics of reproduction*. Berkeley, CA: University of California Press, pp. 78–99, 1995.

CORREIA, S. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, nº 53, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/vwdzHh6pHS6ZBVskqfLrqrg/>>. Acesso em: 29 jun. 2024.

CYRINO, Carolina de Oliveira e Silva; MARQUES, Pâmela Marconatto; ANJOS, José Carlos Gomes dos. O que fazer com toda essa gente preta? : racismo científico e cativos do pós-abolição. Simbiótica. **Revista Eletrônica**, Vitória, ES, vol. 9, nº 2, maio/ago, 2022, pp. 23-49. Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/255397>>. Acesso em: 03 jul. 2024.

CULLEY, Lorraine; HUDSON, Nicky; LOHAN, Maria. *Where are all the men? The marginalization of men in social scientific research on infertility*. **Reproductive biomedicine**, vol. 27, nº 3, pp. 225-235, 2013.

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 20, nº 1, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000100008/21855>>. Acesso em: 03 jul .2024.

DELGADO, Jane M. ***The Politics of Abortion in Latin America: Public Debates, Private Lives***. 1ª ed. Boulder: Lynne Rienner Publishers Inc., 2019.

DINIZ, Débora. Tecnologias Reprodutivas Conceptivas: O estado da arte do debate legislativo brasileiro. **Jornal Brasileiro de Reproducao Assistida**, vol. 7, nº 3, pp. 10-19, 2013.

EL PAÍS. Polônia declara inconstitucional o aborto por malformação fetal. El País, 22 out. 2020b. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-10-22/polonia-declara-inconstitucional-o-aborto-por-malformacao-fetal.html>>. Acesso em: 01 jul. 2024.

EL PAÍS. Menina de 10 anos violentada faz aborto legal, sob alarde de conservadores à porta do hospital. **El País**, 16 ago. 2020a. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-16/menina-de-10-anos-violentada-fara-aborto-legal-sob-alarde-de-conservadores-a-porta-do-hospital.html>>. Acesso em: 30 jun. 2024.

ERDMAN, Joanna. *Theorizing time in Abortion Law and Human Rights*. **Health Hum Rights**, vol. 19, nº 1, pp. 29 – 40, Jun, 2017.

ERDMAN, Joanna. ***Moral authority in English and American law***. In: Susan Williams, *Constituting equality: gender equality in comparative constitutional rights*, p. 108, 2009.

FARIA, Alexandra C. F; NOGUEIRA, Roberto H. P. Anonimização do doador e biobancos de reprodução assistida. **Revista Brasileira de Direito Civil em Perspectiva**, Salvador, vol. 4, nº 1, pp. 103-122, jan./jun. 2018. Disponível em: <<https://www.indexlaw.org/index.php/direitocivil/article/view/4252>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1998.

FRANKLIN, Sarah. ***Biological relatives: IVF, stem cells and the future of kinship***. Durham, London: Duke University Press, 2013.

Franklin, Sarah. *Embodied progress: A cultural account of assisted conception*. Routledge, 1997.

FRANKLIN, Sarah. *Contested conception: a cultural account of assisted reproduction*. 417f. 1991. Tese (Doutorado em Arte) – *Department of Cultural Studies, Faculty of Arts of the University of Birmingham*, 1991. Disponível em: <<https://etheses.bham.ac.uk/id/eprint/14168/>>. Acesso em 7 dez. 2024.

FREIDSON, Eliot. *Profession of Medicine: a study of the sociology os applied knowledge: with a new afterword*. 2. ed. Nova York: *Harper & Row*, 1988. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=G7vhOk_bYlsC&oi=fnd&pg=PR5&dq=Eliot+Freidson+sociology+of+profession+doctor&ots=Lyh1Dc2UEX&sig=WJUo1AZjX2afKn15JUKdurKie8U&redir_esc=y#v=onepage&q=Eliot%20Freidson%20sociology%20of%20profession%20doctor&f=false>. Acesso em 04 out. 2024.

FRIEDMAN, Elisabeth Jay. *Seeking Rights from the Left: Gender, Sexuality, and the Latin American Pink Tide*. Durham: *Duke University Press*, 2019.

GAZETA DO POVO. CFM libera reprodução assistida para casais homossexuais. *Gazeta do Povo*, 6, jan. 2011. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/cfm-libera-reproducao-assistida-para-casais-homossexuais-djyyu2yj10lfgtzkt0wsn3kum/>>. Acesso em: 22 abr. 2024.

GARCIA, Mariana. Congelamento de óvulos: entenda procedimento que 'aumenta prazo' para mulher decidir sobre maternidade. **G1 Saúde**, 2 jun. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/saude/noticia/2024/06/02/congelamento-de-ovulos-entenda-procedimento-que-aumenta-prazo-para-mulher-decidir-sobre-maternidade.ghtml>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

GINSBURG, Faye; RAPP, Rayna (eds). *Conceiving the new world order: the global politics of reproduction*. Berkeley, CA: *University of California Press*, 1995

GIOVANI, Barbara. Número de processos éticos contra médicos no CFM cresce 55% em quatro anos. **Estadão**, 02 jul. 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/saude/numero-de-processos-eticos-contra-medicos-abertos-pelo-cfm-cresce-55-em-quatro-anos-nprm/#:~:text=Foram%20729%20processos%20abertos%20em,como%20mostram%20os%20gr%C3%A1ficos%20abaixo>. Acesso em 17 mar. 2025.

GRAHAM, Sandra L. *House and Street: The Domestic World of Servants and Masters in Nineteenth-Century Rio de Janeiro*. Austin: *University of Texas Press*, 1992.

GRILL, Igor Gastal; BORDIGNON, Rodrigo da Rosa. Estratégias de reprodução de “elites”, transformações morfológicas e reconfigurações dos espaços de poder. **REPOCS**, vol. 17, nº 33, jan./jun., 2020. Disponível em: <<file:///Users/rafaelasoares/Downloads/13316-Texto%20do%20artigo-40073-1-10-20200124.pdf>>. Acesso em 05 out. 2024.

GOMES, Irene. Pobreza cai para 31,6% da população em 2022, após alcançar 36,7% em 2021. **Agência IBGE**, 6 dez. 2023. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em2022>>

2-apos-alcancar-36-7-em-2021>. Acesso em: 10 jul. 2024.

GOZZO, Débora; MONTEIRO, Juliano Ralo. A concretização da autonomia existencial e a Lei 13.146/15: apontamentos sobre o casamento da pessoa com deficiência. *Civilistica.com – Revista Eletrônica de Direito Civil*, vol. 8, nº 1. 2019 Disponível em: <<https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/view/402/336>>. Acesso em: 31 mai. 2024.

G1. CFM libera reprodução assistida para casais homossexuais. Disponível em: <<https://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/01/cfm-permite-que-gays-tenham-filhos-por-reproducao-assistida.html>>. Acesso em: 22 abr. 2024.

HELOSVUORI, Elina; HOMANEN, Riikka. *When craft kicks back: embryo culture as knowledge production in the context of the transnational fertility industry*. *Social Studies of Science*, vol. 52, nº 3, pp. 425-446, 2022.

HFEA. *Risks of fertility treatment*. Disponível em: <<https://www.hfea.gov.uk/treatments/eXplore-all-treatments/risks-of-fertility-treatment/#:~:text=OHSS%20occurs%20in%20women%20who,at%20home%20with%20pain%20relief.>>. Acesso em: 10 nov. 2024.

HOMANEN, Riikka. *Creatively becoming a family in the fertility clinic? Matching donors with non-heterosexual and single recipients in commercial care*. In: Mikats J, Kink-Hampersberger S, Oates-Indruchová L (eds) *Creative families: gender and technologies of everyday life*. London: Palgrave Macmillan, pp. 19–41, 2021.

HOMANEN, Riikka; MCBRIDE, Neil; HUDSON, Nicky. *Artificial intelligence and assisted reproductive technology: applying a reproductive justice lens*. *European Journal of Women's Studies*, 31 vol, 2ª ed., pp.262-276, 2024.

HUNT, Mary. O direito humano à justiça reprodutiva: uma perspectiva feminista teo-ética. *Mandrágora*, p. 39-44, São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/229062056.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2024.

IBDFAM. **Com barriga solidária, casal gay tem primeiros bebês com genes de dois pais no Brasil**. Disponível em: <<https://ibdfam.org.br/noticias/9412/Com+barriga+solid%C3%A1ria%2C+casal+gay+tem+primeiros+beb%C3%AAs+com+genes+de+dois+pais+no+Brasil>>. Acesso em 16 jul. 2024.

ILL. *Dobbs v. Jackson Women's Health Organization (2022)*. Disponível em: <https://www.law.cornell.edu/wex/dobbs_v._jackson_women%27s_health_organization_%282022%29#:~:text=of%20the%20fetus.,Dobbs%20v.,people%20and%20their%20elected%20representatives.%E2%80%9D>. Acesso em 16 nov. 2024.

JOHNSON, Terence. *In Industrial Society: The professions in the Class Structure*. 1. ed. London: Routledge, 1977. Disponível em: <<https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781315726458-8/professions-class-structure-terence-johnson>>. Acesso em 02 out. 2024.

JOHNSON, Terence. *Professions and Power*. 1. ed. Abingdon: Routledge Revivals, 2016. Disponível em: <<https://books.google.fm/books?id=HgpgDAAAQBAJ&printsec=copyright#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 03 out. 2024.

JOHNSTON, Josephine; RACHEL, L. Zacharias. *The future of reproductive autonomy. Hastings Center Report*, vol. 47, S6-S11, 2017.

KACHENSKI, Iverson Custódio. Foucault e o controle dos corpos pela linguagem: os caminhos da biopolítica contemporânea no saber-poder médico. *Kínesis*, vol. XIV, nº 36, jul. 2022, pp.198-216. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/13584>>. Acesso em: 11 jul. 2024.

KLITZMAN, Robert. *Designing Babies: How Technology Is Changing The Ways We Create Children*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

LADEIRA, Francielli Martins Borges; BORGES, William Antonio. Colonização do corpo e despersonalização da mulher no sistema obstétrico. *Revista de Administração de Empresas*, vol. 62, nº 4, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-759020220406>>. Acesso em 12 jul. 2024.

LAQUEUR, Thomas. *Making sex: body and gender from the Greeks to Freud*. Harvard University Press: Massachusetts, 1992. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/362156/mod_resource/content/1/Thomas%20Laqueur%20-%20Making%20Sex.%20Body%20and%20Gender%20from%20the%20Greeks%20to%20Freud.pdf>. Acesso em 10 out. 2024.

LIE, Merete; LYKKE, Nina. *Assisted reproduction across borders: Feminist perspectives on normalizations, disruptions and transmissions*. Taylor & Francis, 2016.

LOUZADA, Gabriela; BRITO, Luciana. Justiça reprodutiva e democracia: reflexões sobre as estratégias antígeno no Brasil. *A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea*, nº 50, vol. 20, pp. 137-153, 2022. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/68516>>. Acesso em: 29 jun. 2024.

LUNA, Naara. Regulação das técnicas de reprodução assistida nas resoluções do Conselho Federal de Medicina: da liberalização gradativa à virada pró-vida. *Revista de Antropologia*, São Paulo, Brasil, vol. 66, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/198211>. Acesso em: 14 dez. 2023.

MACHIN, Rosana. Anonimato e segredo na reprodução humana com participação de doador: mudanças em perspectiva. *Saúde e Sociedade*, vol. 25, n 1º, pp. 83-95. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/3WRRbVtkxW978qdPZHPMbXC/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MARINO, Katherine M. *Feminism for the Americas: The Making of an International Human Rights Movement*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/377925987_Feminism_for_the_Americas_The_Making_of_an_International_Human_Rights_Movement_978-1-4696-6152-0>. Acesso em 27 jun. 2024.

MARTIN, Emily. *The women in the body: a cultural analysis of reproduction*. Beacon Press: Boston, 2001. Disponível em: <https://www.academia.edu/58599265/The_woman_in_the_bo>

dy_A_cultural_analysis_of_reproduction>. Acesso em: 12 out. 2024.

MARTIN, Emily. **A mulher no corpo : uma análise cultural da reprodução**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=UA8mz0PMTZEC&oi=fnd&pg=PA35&dq=poder+m%C3%A9dico+corpo+mulher&ots=0blSAx3YLD&sig=fezyG_6XrlwUsYDkb5DKkaIfxFc&redir_esc=y#v=onepage&q&f=true>. Acesso em 12 jul. 2024.

MARTINS, A. Biopolítica: o poder médico e a autonomia do paciente em uma nova concepção de saúde. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, vol.8, nº 14, pp.21-32, set.2003-fev.2004. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/icse/2004.v8n14/21-32/pt>>. Acesso em: 16 jul. 2024.

MILES, Agnes. **Women, Health and Medicine**. Milton Keynes: *Open University Press*, 1991.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Ministério da Saúde publica nova portaria sobre interrupção da gravidez. **Notícias**, 24 set. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2020/setembro/ministerio-da-saude-publica-nova-portaria-sobre-interruptao-da-gravidez>>. Acesso em 30 jun. 2024.

MIRANDA, Gonzalo. *Human Dignity and Personhood*. In: Tham, Joseph; Garcia Gómez, Alberto; Lunistroth, John. (eds). **Multicultural and Interreligious Perspectives on the Ethics of Human Reproduction. Religion and Human Rights**, vol 9. Springer, Cham, 2021.

MOREIRA, Esdras Cabus; BIEHL, João Guilherme. Práticas médicas de aceitação da morte na UTI de um hospital geral no Nordeste do Brasil. **Revista Bioética**, vol. 12, pp. 19-30. Disponível em: <https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/118>. Acesso em: 11 jul. 2024.

NAGAHAMA, Elisabeth Eriko Ishida; SANTIAGO, Silvia Maria. A institucionalização médica do parto no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 10, nº 3, pp. 651–657, jul. 2005.

NEVES, Marcelo. Ideias em outro lugar? Constituição liberal e codificação do direito privado na virada do século XIX para o século XX no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 30, nº 88, pp. 5-27, jun. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/9Lwmf3cFvs7n3XQLLnqJLbm/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 09 nov. 2024.

NISHA, Zairu. **The medicalisation of the female body and motherhood: some biological and existential reflections**. p. 25-40, 2022.

NOLAN, Rachel. *Reproductive Justice in Latin America*. **LARR - Latin American Research Review**, vol. 57, pp. 948-959, 2022. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/services/aopcambridgecore/content/view/A6073DD59786DDDD90F73C5886ABBAA4/S1542427822000736a.pdf/reproductive-justice-in-latinamerica.pdf>>. Acesso em 19 jun. 2024.

OLCOTT, Jocelyn. **Revolutionary women in postrevolutionary Mexico**. Durham, NC: *Duke University Press*, 2005.

OLIVEIRA, Rayane. JUSTIÇA REPRODUTIVA COMO DIMENSÃO DA PRÁXIS NEGRA FEMINISTA: CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA AO DEBATE ENTRE FEMINISMOS E

MARXISMO. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, vol.14, nº 2, pp. 245-266, ago. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/49559/27449>>. Acesso em 02 jul. 2024.

ONUNews. **Relatório da OMS diz que 1 em cada 6 pessoas, no mundo, é afetada por infertilidade**. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2023/04/1812312#:~:text=A%20OMS%20considera%20infertilidade%2C%20uma,qualidade%2C%20independentemente%20do%20status%20social>>. Acesso em: 18 de nov. de 2024.

PENASA, Simone; BUSATTA, Lucia. *Biotechnologies, Birth and the Right to Know One's Genetic Origins*. **Biolaw Journal**, nº 1, 2021, p. 187-208.

PINTO, Carlos Alberto Mota. **Teoria Geral do Direito Civil**. 4. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2005.

PIOVESAN, Flávia; PIROTTA, Wilson R. Buquetti. Direitos Reprodutivos e o Poder Judiciário no Brasil. In: OLIVEIRA, Maria Coleta; ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Saúde reprodutiva na esfera pública e política na América Latina**. Campinas, SP: Unicamp/Nepo, 2001. p. 155-186.

PORTAL CFM. **No Senado, CFM esclarece pontos da norma que proíbe médicos de fazerem assistolia fetal em gestações a partir de 22 semanas**. Disponível em: <<https://portal.cfm.org.br/noticias/no-senado-cfm-esclarece-pontos-da-norma-que-proibemedicos-de-fazerem-assistolia-fetal-emgestacoes-a-partir-de-22-semanas>>. Acesso em: 27 jun. 2024.

PORTAL UNICAMP. **Em nota, médicos e docentes da FCM criticam portaria que modifica procedimentos para aborto legal em vítimas de estupro**. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/09/10/em-nota-medicos-e-docentes-dafc-m-criticam-portaria-que-modificaprocedimentos#:~:text=%E2%80%9CDiante%20do%20exp%20tem%2D,reprodutiva%20e%20atendimento%20humanizado%2C%20princ%C3%ADpios>>. Acesso em: 30 jun 2024.

PRATA, Ana. **A tutela constitucional da autonomia privada**. Imprensa: Coimbra, Almedina, 2016.

PROCTOR, Lucy. Por que a reprodução assistida é tão popular na Dinamarca. **BBC News Brasil**, 25 set. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-45624407>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

PURDY, Laura. *Women's reproductive autonomy: medicalisation and beyond*. **Journal of medical ethics**, nº 32, p. 287-291, 2006.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. O conceito de biopoder hoje. **Política & Trabalho**, vol. 24, pp.27-57, 2006.

RÁDIO SENADO. **Plenário debate em sessão temática procedimento de assistolia fetal**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2024/06/17/plenario-debate-em-sessao-tematica-procedimento-de-assistoliafetal#:~:text=O%20Plen%C3%A1rio%20discutiu>>.

%20em%20sess%C3%A3o,da%20sua%20retirada%20do%20%C3%BAtero.>. Acesso em: 30 jun 2024.

RAPP, Rayna. *Chromosomes and communication: the discourse of genetic counseling*. 1. Ed. Londres, UK: Routledge, 1989.

RAVN, Malin Noem. *Naturalization and un-naturalization: ARTs, childlessness and choice*. In: Assisted Reproduction across Borders, pp. 281-292. Routledge, 2016.

REINVENTANDO A NATUREZA. **Reinventando a natureza: congelar o tempo**. Podcast. Com locução de Nayhália Cariatti. Disponível em: <<https://reinventandoanatureza.com/>>. Acesso em: 30 de agosto de 2024.

REINVENTANDO A NATUREZA. **Reinventando a natureza: vida de laboratório**. Podcast. Com locução de Nayhália Cariatti. Disponível em: <<https://reinventandoanatureza.com/>>. Acesso em: 31 de agosto de 2024.

REINVENTANDO A NATUREZA. **Reinventando a natureza: lacos mais ou menos de sangue**. Podcast. Com locução de Nayhália Cariatti. Disponível em: <<https://reinventandoanatureza.com/>>. Acesso em: 01 de setembro de 2024.

REINVENTANDO A NATUREZA. **Reinventando a natureza: reinventando fronteiras**. Podcast. Com locução de Nayhália Cariatti. Disponível em: <<https://reinventandoanatureza.com/>>. Acesso em: 02 de setembro de 2024.

REINVENTANDO A NATUREZA. **Reinventando a natureza: reinventando fronteiras**. Podcast. Com locução de Nayhália Cariatti. Disponível em: <<https://reinventandoanatureza.com/>>. Acesso em: 04 de outubro de 2024.

RIBEIRO, Andrea Cristina Lovatto; FERLA, Alcindo Antonio. Como médicos se tornaram deuses : reflexões acerca do poder médico na atualidade. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 2, pp. 292-312, 2016. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/150845>>. Acesso em 16 jul. 2024.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *La noción de "derecho" o las paradojas de la modernidad postcolonial: indígenas y mujeres en Bolivia*. **Temas Sociales** (online), nº 19, p. 27-52, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0040-29151997000100002>. Acesso em: 27 jun. 2024.

ROBERTS, Dorothy. *Reproductive Justice, Not Just Rights*. **Dissent**, vol. 62, nº 4, pp. 79-82, 2015. Project MUSE. Disponível em: <<https://doi.org/10.1353/dss.2015.0073>>. Acesso em: 28 mai. 2024.

RODOTÀ, Stefano. *Il corpo. La vita e le regole*. 3. ed. Milano: Feltrinelli, 2006.

RODRIGUES, Itiberê de Oliveira. Fundamentos dogmático-jurídicos de um poder de polícia administrativo à brasileira. **Revista Diálogo Jurídico**, Salvador, nº17, 2008. Disponível em: <<http://www.direitopublico.com.br>>. Acesso em: mar. 2010.

RONDON, Gabriela. O gênero da dignidade: humanismo secular e proibição de tortura para a questão do aborto na ADPF 54. **Revista Direito e Práxis**, 8 de jun., 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rdp/a/jFmJNZx8vNWpvRnfCVTpLdR/?format=html>>. Acesso em: nov. 2024.

ROWLANDS, Sam. *Controlling reproduction: women, society, and state power*. **Sexual and Reproductive Health Matters**, 2023, 31:1, DOI: 10.1080/26410397.2023.2186028.

ROSS, Loretta; SOLINGER, Rickie. **Reproductive Justice: an introduction**. Oakland: University of California Press, vol 1, 2017.

ROSS, Loretta; SOLINGER, Rickie. *Understanding reproductive justice: transforming the pro-choice movement*. **Off Our Backs**, vol. 36, nº 4, pp. 14-19, 2006. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7538588/mod_resource/content/1/Entendendo%20Justi%C3%A7a%20reprodutiva%20%20Loreta%20Ross.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2024.

ROTH'S, Cassia. **A Miscarriage of Justice: Women's Reproductive Lives and the Law in Early Twentieth-Century Brazil**. Califórnia: Stanford University Press, 2020.

RUBIO, Carmen; RODRIGO, Lorena; GARCIA-PASCUAL, Carmen; PEINADO, Vanessa; CAMPOS-GALINDO, Inmaculada; GARCIA-HERRERO, Sandra; SIMÓN, Carlos. *Clinical application of embryo aneuploidy testing by next-generation sequencing*. **Biology of Reproduction**, vol. 101, 2019.

SBRA. **Em live, primeiro bebê de proveta do Brasil fala sobre sua história, carreira e planos para o futuro**. SBRA – Associação Brasileira de Reprodução Assistida, 2021. Disponível em: <<https://sbra.com.br/noticias/em-live-primeiro-bebe-de-proveta-do-brasil-fala-sobre-sua-historia-carreira-e-planos-para-o-futuro/>>. Acesso em 02 mai. 2024.

SBRA. **Setor da reprodução assistida deverá crescer, em média, 23% ao ano até 2026**. Disponível em: <<https://sbra.com.br/noticias/setor-da-reproducao-assistida-devera-crescer-em-media-23-ao-ano-ate-2026/>>. Acesso em 16 jul. 2024.

SCALQUETTE, Ana Claudia Silva. **Estatuto da reprodução assistida**. 2009. Tese (Doutorado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-08032010-095921/en.php>>. Acesso em: 21 jul. 2024.

SCALQUETTE, Ana Claudia Silva. **Biopolítica: uma abordagem ítalo-brasileira**. Outros organizadores: Gianpaolo Poggio Smanio, Rodrigo Arnoni Scalquette e Vitulia Ivone. São Paulo: Almedina, 2024.

SCALQUETTE, Ana Claudia Silva. Biotecnologia a favor da vida: reprodução humana, seus efeitos jurídicos e limites éticos. **Revista Primus Pitam**, nº 10, 2º semestre de 2017, anais do VI Encontro de Bioética da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

SCHMIDT, Alice K. I. Assimetria informacional no processo de doação de material genético. In: MASCARENHAS, Igor; DADALTO, Luciana (Coord.). **Direitos reprodutivos e planejamento familiar**. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2024.

SENADO FEDERAL. Novo Código Civil: Senado recebe anteprojeto de juristas e analisará o texto. **Senado Notícias**, 2024. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/04/17/novo-codigo-civil-senado-recebe-anteprojeto-de-juristas-e-analisara-o-texto>>. Acesso em 03 mai. 2024.

SENADO FEDERAL. **Parecer nº 1 – Subcomissão de Direito de família da CJCODCIVIL**. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/arquivos?ap=7935&codcol=2630>>. Acesso em 07 mai. 2024.

SENADO FEDERAL. **Relatório Final dos trabalhos da Comissão de Juristas responsável pela revisão e atualização do Código Civil**. 2024. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2630>>. Acesso em 14 mai. 2024.

SENADO FEDERAL. **Quadro comparativo proposto pela Comissão de Juristas responsável pela revisão e atualização do Código Civil (CJCODCIVIL)**. 2024. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2630>>. Acesso em 14 mai. 2024.

SOSA, J. J. *Backlash. Feminist Anthropology*, vol. 3, nº 2, pp. 198-205, 2022. Disponível em: <<https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/fea2.12087>>. Acesso em: 29 jun. 2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF. **Portaria do Ministério da Saúde sobre aborto é questionada no STF por cinco partidos políticos**. Disponível em: <Portaria do Ministério da Saúde sobre aborto é questionada no STF por cinco partidos políticos>. Acesso em 30 jun. 2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF. **STF suspende resolução do CFM que dificulta aborto em gestação decorrente de estupro**. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=537717&ori=1>>. Acesso em 30 jun. 2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF. **Relatora vota pela descriminalização do aborto até 12 semanas de gestação; julgamento é suspenso**. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=514619&ori=1>>. Acesso em 01 jul. 2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF. **Suspenso julgamento sobre condições para esterilização voluntária**. Disponível em: <<https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/suspenso-julgamento-sobre-condicoes-para-esterilizacao-voluntaria/>>. Acesso em 11 nov. 2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF. **Supremo reconhece união homoafetiva**. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931&ori=1>>. Acesso em 20 nov. 2024.

SGRECCIA, Elio. **Manual de Bioética**. 2. Ed. São Paulo: Loyola, 2002

STRATHERN, Marilyn. *Reproducing the Future: Essays on Anthropology, Kinship and the New Reproductive Technologies*. Manchester, UK: Manchester University Press, 1992.

SUÁREZ FINDLAY, Eileen J. *Imposing decency: the politics of sexuality and race in Puerto Rico, 1870–1920*. Durham, NC: Duke University Press, 2000.

TERRA. **Conselho de Medicina libera reprodução assistida a casais gays**. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/conselho-de-medicina-libera-reproducao-assistida-a-casais-gays,7e080970847ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html#google_vignette>. Acesso em: 22 abr. 2024.

TURNER, Bryan. *Routledge Handbook of Body Studies; Introduction: the turn of the body*. 1. ed. Abingdon: Routledge International Handbooks, 2012. Disponível em: <https://www.google.com.br/books/edition/Routledge_Handbook_of_Body_Studies/CWkqAAAAQBAJ?hl=en&gbpv=1>. Acesso em 07 out. 2024.

TV SENADO. **Ao vivo: Comissão de Juristas discute e vota relatório final – 1/4/24 - 1ª PARTE**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dmhn0YMtB_Q>. Acesso em: 08 mai. 2024.

TV SENADO. **Ao vivo: Comissão de Juristas discute e vota relatório final – 1/4/24. YouTube**, 05 de abril de 2024. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tvE7hDUhgf8>>. Acesso em: 08 mai. 2024.

TV SENADO Comissão de Juristas segue discussão de relatório final – 2/4/24. **YouTube**, 05 de abril de 2024. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BaR10f3XmP4>>. Acesso em: 09 mai. 2024.

TV SENADO Ao vivo: Comissão de Juristas discute relatório final – 3/4/24. **YouTube**, 05 de abril de 2024. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=arroBPnyzKU&t=29s>>. Acesso em: 10 mai. 2024.

TV SENADO Ao vivo: Comissão de Juristas que atualiza o Código Civil discute relatório final – 4/4/24 - 1ª part. **YouTube**, 04 de abril de 2024. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XDh2eTm8pTQ>>. Acesso em: 11 mai. 2024.

TV SENADO Ao vivo: Comissão de Juristas que atualiza o Código Civil discute relatório final – 4/4/24 - 2ª part. **YouTube**, 05 de abril de 2024. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=p3vV9N5kBNk&t=260s>>. Acesso em: 11 mai. 2024.

TV SENADO Ao vivo: Comissão de Juristas que atualiza o Código Civil discute relatório final – 5/4/24. **YouTube**, 05 de abril de 2024. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5Mh4Ukl0QMg&t=5766s>>. Acesso em: 12 mai. 2024.

TV SENADO Ao vivo: Comissão de Juristas que atualiza o Código Civil discute relatório final – 5/4/24. **YouTube**, 05 de abril de 2024. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=p0nF0t9dYRI>>. Acesso em: 12 mai. 2024.

TV SENADO Ao vivo: Comissão de Juristas que atualiza o Código Civil discute relatório final – 11/4/24. **YouTube**, 05 de abril de 2024. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2k64h-lUGJo&t=6230s>>. Acesso em: 13 mai. 2024.

THOMPSON, Charis. *Making parents: the ontological choreography of reproductive technologies*. Cambridge, MA: MIT Press, 2005.

THROSBY, Karen. *When IVF fails: Feminism, infertility and the negotiation of normality*. Springer, 2004.

VAN DE WIEL, Lucy. *The datafication of reproduction: Time-lapse embryo imaging and the commercialisation of IVF*. *Sociology of Health & Illness*, vol. 41, pp. 193-209, 2019.

VERANI, Alana. **Tornando-se mães e antropólogas: uma etnografia sobre experiências que desafiam ideais de maternidade e ciência**. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2022.

VIANA, Renata B.; PAULA, Hermes C. D.; VALENTE, Geilsa S. C.; CAROPES, Viviane B. A S.; PAULA, Carmen L. D. Dilemas da maternidade das mulheres contemporâneas: revisão integrativa. *Revista Enfermagem Atual In Derme*, vol. 85, nº 23, pp. 76-81.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. **A medicalização do corpo feminino**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

WEGNER, Robert.; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia 'negativa', psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, vol. 20, nº 1, pp. 263–288, jan. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Hxj4PcSwZGZQzfTRgHpGCbC/?format=html#ModalTutors>>. Acesso em: 03 jul. 2024.

WILLIAMS, Simon J. Modern medicine and the “uncertain body”: From corporeality to hyperreality? *Social Science & Medicine*, vol. 45, nº 7, 1997, pp. 1041-1049. Disponível em: <https://db.cngb.org/search/literature/9257396/?u_if=ZjBINzI2OWU3MjU0NzNkNjYwYNYTA2MjBmNzJmYmZ8Y25nYnwoV2lsbGlhbXMgU0opW0F1dGhvcl0%3D&pos=3>. Acesso em 16 out. 2024.

APÊNDICE A – tabela de comparação entre as resoluções do conselho federal de medicina sobre reprodução assistida

APÊNDICE B – planilha com análise documental dos processos do Conselho Federal de medicina

ANEXO A – notas taquigráficas com as transcrições das reuniões no Senado Federal para revisão do Código Civil

ANEXO B – quadro comparativo do Código Civil de 2002 e das propostas de revisão do texto

ANEXO C – relatório final dos trabalhos da comissão de revisão do Código Civil

ANEXO D – anexos do relatório da subcomissão do Direito de Família